

A Ação de um Governador – Aspetos do Governo de Maia Magalhães em Macau

A Governor and His Action – Aspects of the Government of Maia Magalhães in Macao

CÉLIA REIS

Instituto de História Contemporânea – FCSH/NOVA
celiareis1@gmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 24/11/2016

Texto aprovado em/Text approved on: 25/04/2017

Resumo: Este artigo, baseado essencialmente em papéis pessoais do governador Maia Magalhães, mostra alguns aspetos importantes da administração de Macau em 1925-1926. Nele se verifica como as preocupações com o governo da colónia eram entravadas pelas ações, com alguma dificuldade em se implementar e sujeitas à instabilidade ministerial que se viveu em Portugal. Por outro lado, na própria colónia, a ação do governador não se mostrava facilitada, perante o confronto de grupos e interesses muito diferenciados, pressionando no sentido de realizarem os seus propósitos, políticos ou pessoais. No contexto desta colónia específica, a comunidade chinesa ocupava uma posição essencial e este governador preocupou-se especialmente em cultivar o bom relacionamento com ela.

Palavras-chave: Macau, administração, colonização, chineses.

Abstract: The article, based mainly on the personal papers of governor Maia Magalhães, shows some important facets of Macao's administration in 1925-1926. We can see as the concerns with the colonial government were interrupted by the actions, with some difficulties to implement and subjected to the ministerial instability in Portugal. Besides that, in the colony, the action of the governor was not easy in the confrontation with different groups and interests, that pressed in the way of their political or personal intentions. In the specific context of Macao, the Chinese community occupied an important position and this governor was concerned with the good relationship with it.

Keywords: Macao, administration, colonization, Chinese people.

Introdução

A administração das colónias constitui um assunto complexo pelas múltiplas incidências processuais e pessoais que nela estão implicados. Inclui, de imediato, uma relação entre metrópole e territórios dela dependentes, estruturada em regras mais ou menos definidas, mas sobretudo dependente de diferentes intenções e campos de visão. Foram, por isso, muitas as vezes em que as perceções dos governadores coloniais não coincidiram com as dos ministérios que os

enviaram (por exemplo, Janeiro 2015, 57–58). Mas, para além desta separação física entre dois espaços e concomitante autoridade, a administração entretecia-se igualmente com os presentes em cada colónia: representante do governo metropolitano, o governador cumpria as suas funções num campo de diferentes tensões e aspirações, respondendo aos objetivos de grupos diversificados.

A administração de Macau integrava-se, naturalmente, nesta múltipla dinâmica entre metrópole/colónia e na resposta às solicitações internas diferenciadas. Ganhou igualmente espaço a relação de grande proximidade com a China, pela implicação étnica da maior parte dos seus habitantes. Porém, não eram apenas os chineses que integravam a sociedade local, e muito menos a administração da colónia, pois as elites vindas de Portugal ou os macaenses ocupavam aqui uma posição destacada.

Inserido num meio de poder e de influências, a relação dos governadores com membros destacados da sociedade local desenvolvia-se de formas diferenciadas, respondendo a anseios distintos, levando a que esta ligação assumisse, por vezes, formas conflituosas. Mas o que também se apresentava notória era a tendência para o enredamento político.

O espólio do governador Maia Magalhães [1925-1926], contendo folhas que parecem provir de um diário e o rascunho para o seu relatório de governo¹, dá-nos testemunhos claros destas situações. A sua análise constitui, sem dúvida, um manancial importantíssimo para o conhecimento de Macau, no imediato, e um contributo para as questões mais vastas que importavam ao colonialismo português. E é esse, de facto, o objetivo deste artigo, centrado justamente nessas fontes primárias, complementadas por outras informações.

Existem já alguns estudos sobre Macau nesta época, abrangendo as suas diferentes áreas, quer no campo interno quer externo (com destaque para Reis 2003a, 2003b, 2006, 2007, 2013b, Habertzettl e Ptak 1991, 2003, Dias 2001, 2004; Saldanha 1996; Spooner 2009). Todavia, estas fontes primárias e essencialmente de notas pessoais revelam aspetos concretos dessa vivência política e administrativa, permitindo um conhecimento mais real.

Saliente-se que o que aqui se tem em vista não é a análise de toda a governação de Macau neste período, incapaz de ser integrada no espaço disponível, mas apenas alguns aspetos de política interna.

¹ Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), reservados, espólio de Maia Magalhães, n.º 72 (MM), cx. 6 e 7 (outras caixas contêm numerosas fotografias, muitas referentes igualmente a Macau). São particularmente relevantes o rascunho para o relatório de governo (cx. 6) e as folhas soltas equivalentes a um diário (cx. 7). Sempre que as informações foram provenientes deles indica-se no texto respetivamente, (relatório) e (data). Em complemento, usámos também telegramas provenientes do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), com a cota 2911 1A MU GM, Macau 1925-1926. No texto será indicado como AHU seguido pelo remetente do telegrama, GM (governador de Macau) ou MC (Ministério/ministro das Colónias) e data deste.

Manuel Firmino de Maia Magalhães, o governador

Manuel Firmino de Almeida Maia Magalhães nasceu em 1881, em Aveiro, e seguiu a carreira das armas. A sua vida pessoal cruzou-o com a exposição política, sendo irmão do jurisconsulto e várias vezes ministro José Maria Barbosa de Magalhães e cunhado do também militar e ministro Vitorino Magalhães Godinho. Neste ambiente, também Maia Magalhães se enredou politicamente com a República, de imediato com uma participação ativa no 5 de outubro de 1910 e na luta contra as incursões monárquicas, tendo ficado ferido em Chaves.

A sua carreira militar prosseguiu, participando ativamente na I Guerra Mundial, nos teatros africano e europeu. Ligado ao Partido Democrático, opôs-se ao Sidonismo e combateu a Monarquia do Norte. Manteve-se depois vinculado à mesma formação política.

A relação de Maia Magalhães com a governação colonial ocorreu primeiramente entre 1919 e 1921, em Cabo Verde. A 18 de outubro de 1925 assumiu o governo de Macau, onde se manteve até ao início da Ditadura Militar (Godinho 2011; Rodrigues 2013).

Manuel Firmino Maia Magalhães era coronel quando foi nomeado para este governo. Aceitou o encargo com alguns sacrifícios pessoais, tendo de deixar em Portugal uma das suas filhas, devido a doença (25-12-1925, entre outras datas).

Da nomeação à partida

O processo que decorreu entre a nomeação e a tomada de posse deste governador é importante para se compreenderem os procedimentos coloniais e como o tempo da ação nem sempre coincidia com os propósitos.

Maia Magalhães foi nomeado governador de Macau por decreto de 23 de junho de 1925. A situação da colónia, enfrentando múltiplos problemas mas sem uma autoridade efetiva, justificava uma atuação decisiva de imediato, que afirmasse o poder soberano português.

Rodrigo Rodrigues, o último governador efetivo, tinha deixado Macau a 16 de julho de 1924. Em seu lugar ficou, como governador interino, o coronel Joaquim Augusto dos Santos, do exército colonial². A verdade é que, para além das eventuais qualidades pessoais (e Maia Magalhães louvou-o pela prudência e sensatez), as capacidades jurídicas advindas da interinidade eram limitadas. Apesar disso, a situação prolongou-se, mantendo-se o efetivo em Lisboa, só se procedendo à sua exoneração após um conflito com o ministro Correia da Silva³.

² Já tinha sido governador interno no período entre julho e agosto de 1919, então com o posto de tenente-coronel.

³ Henrique Monteiro Correia da Silva, também conhecido por Henrique Paço d'Arcos (por ser filho do 1.º conde de Paço d'Arcos), era oficial da Marinha. Tinha uma ligação especial a Macau, por ter aí nascido e

Nestas circunstâncias, arrastavam-se os assuntos por resolver – de forma que Maia Magalhães afirmou que nos seus primeiros tempos de governo teve de solucionar muitas questões pendentes, algumas ainda provindo do tempo de Rodrigo Rodrigues. Além disso, esta longa interinidade coincidiu com um contexto especialmente acidentado no Sul da China, em que Macau também se inseriu.

Com efeito, desde o século XIX que na China, então submetida por potências ocidentais, cresciam sentimentos xenófobos (por exemplo, Fairbank, e Twitchett 1978, 10:202, 233, 244, 248, 249; Fairbank, 1978, 12:7, 772). A I Guerra e os resultados frustrantes para os chineses, particularmente a entrega de Shandong aos japoneses, mantiveram vivo o espírito contra a presença de países estrangeiros no seu território, ao mesmo tempo que as lutas internas se intensificavam no país. Numa China em que o poder estava tomado pelos senhores da guerra, Sun Yat-Sen e o seu partido, o Kuomintang, ou Partido Nacionalista, controlavam a zona de Cantão e associaram-se aos comunistas. Neste ambiente, verificaram-se diversos acontecimentos que combinavam a luta de classes com a oposição ao estrangeiro. As greves corresponderam a uma das suas manifestações; a que os marinheiros organizaram em Hong Kong e Cantão, em 1922, exigindo melhores salários, foi uma das mais intensas. Envolvidos nesse contexto, e quando se procurava negociar a arrastada questão dos limites de Macau⁴ (Reis 2003b, 187–89) também se fizeram sentir acontecimentos perturbadores nesta colónia: um incidente entre membros do contingente militar e chineses locais deu lugar a demonstrações de protesto, cerco à esquadra e, em consequência, a intervenção do exército, provocando mortos e feridos, e a imposição da lei marcial. Seguiu-se uma greve de grandes proporções (especialmente, Dias 2001).

Os conflitos, agravaram-se em 1925, depois de um incidente em Xangai. A partir daqui incendiaram-se os ânimos no sul da China, provocando igualmente vagas de greves e manifestações contra os estrangeiros. Outro episódio levou à greve geral em Hong Kong e boicote contra os interesses ingleses (Fairbank, 1978, 12:sobretudo cap. 8 e 11; Carroll 2005, 130–39).

Não obstante estes últimos factos não se terem feito sentir diretamente no interior de Macau, a colónia sofreu por arrastamento. Desde logo, pela interrupção das comunicações marítimas com Hong Kong, de que dependia para o seu abastecimento. Apesar de, mesmo assim, conseguirem chegar bens essenciais a Macau, viveram-se momentos difíceis, com uma “carestia vida insustentável” (AHU, GM, 3-11-1925). Além disso, grupos de grevistas instalaram-se na Ilha

por governar a colónia entre 1919 e 1923. Foi ministro das Colónias entre fevereiro e junho de 1925.

⁴ Tratado de 1887 não fixara as fronteiras entre os dois países, por isso as tentativas de negociações prosseguiram em diversas ocasiões (sobretudo, Reis 2003b, 2013a, Saldanha 1996, 2006, 2010; Saldanha (apresent. e introd. histórica) e Radulet (leitura e introd. literária) 1999).

da Lapa⁵ e no terreno que se seguia às Portas do Cerco, a fronteira de Macau com a China, no espaço que era considerado uma zona neutra. Aí construíram barracas e deram lugar a alguns confrontos, a que as autoridades procuravam pôr cobro para evitar maiores consequências (AHU, GM, 16-10-1925, 17-4-1926, 21-4-1926; Reis 2003b, 189–90).

Os factos ocorridos na China, em 1925, acabaram por provocar o alarme em Portugal, chegando a questão ao Parlamento (*Diário da Câmara dos Deputados*, 25-6-1925: 4). Com o objetivo de proteger Macau, o ministro Correia da Silva requisitou armas e homens, enviando-os no Gil Eanes, e fez partir para aí o cruzador República. Mas a defesa, mostrando a soberania portuguesa, era, indubitavelmente, uma exigência premente, impondo a presença de um representante nomeado expressamente pelo Estado.

Outros elementos tornavam igualmente imperiosa a partida de um governador. Nesse momento revelava-se imprescindível uma alteração do padrão económico-financeiro do território, com a oposição crescente ao seu principal rendimento, o monopólio do ópio. Na realidade, se desde há vários anos vinha em crescendo o movimento em favor da abolição deste comércio, nas Conferências de Genebra, em 1924-1925, caminhou-se mais decisivamente nesse sentido, obrigando Macau à adoção progressiva de novas formas de vida. Era já nesse sentido que também se perspectivava o novo porto, que então estava em construção: ele constituía a esperança de um novo caminho, tornando a colónia um centro comercial no Extremo-Oriente e lançando pontes para novos empreendimentos (particularmente Habertzettl e Ptak 1991 e 2003; Dias 2004; Reis 2013; Spooner 2009).

Sem que o governador o soubesse ainda, a colónia atravessava uma fase de déficit financeiro, em consequência da diminuição dos exclusivos (por exemplo, AHU, 13-11-1925, 27-11-1925, 4-12-1925, 6-12-1925); no final desse ano de 1925, ele viria a estimar que o saldo negativo anual ascendia a mais de um milhão de patacas, não obstante Macau ter de fazer face a obras que então se reputavam indispensáveis, como as da referida construção do porto (AHU, GM, 12-12-1925).

A nomeação de Maia Magalhães destinava-se a dar as respostas necessárias a todos estes assuntos, devendo partir rapidamente para Macau, pretendendo-se que chegasse ao mesmo tempo que o cruzador República e as tropas enviadas. Contudo, não foi o que sucedeu, arrastando-se o momento da partida. A primeira razão prendeu-se com a necessidade de se inteirar das questões a que urgia dar resposta. Foi, depois, difícil obter as passagens, pelo que só a 8 de setembro é que partiu de Lisboa. Assim, a urgência da decisão retardou na resposta.

⁵ Uma parte da Ilha da Lapa continuava a ser reclamada por Portugal.

A permanência em Lisboa foi ocupada a conhecer os diversos dossiers relativos à situação de Macau, o que se tornou especialmente difícil dado o estado dos arquivos, dispersos pelas diversas repartições e ministérios. Deste modo, “Quando se julga conhecer já completamente uma questão, aparece, às vezes, por acaso, mais um novo elemento arquivado ou esquecido onde menos se esperava” (relatório). Acrescia ainda a dispersão dos documentos entre Lisboa e a colónia, o que, como o governador entendeu, justificava as divergências que por vezes ocorriam quando se tomavam decisões.

No longo tempo de permanência na capital fizeram-se sentir também os efeitos da instabilidade política interna, com a transição de três ministros das Colónias: Correia da Silva (fevereiro-junho, 1925), Filémon de Almeida (julho-agosto, 1925) e Pereira Leite (julho-setembro, 1925). Dessa mudança cresceu a dificuldade em obter as instruções escritas de que Maia Magalhães se quis munir, esperando que o salvaguardassem de divergências que viessem a ocorrer, o que se apresentava particularmente necessário perante tanta inconstância.

Esta precariedade política traduziu-se na ação do próprio governador, mesmo antes da sua partida. A propósito de uma questão surgida em Macau, sobre a responsabilidade do pagamento do cruzador República, e não obstante estar já nomeado, o ministro não o consultou quando tomou a decisão de obrigar a colónia a suportar o encargo; foi só numa fase posterior que conseguiu falar sobre o assunto com o responsável ministerial (relatório).

Maia Magalhães chegou finalmente à colónia, acompanhado pela mulher, por uma das filhas e pelo seu chefe de gabinete (que se lhes tinha juntado em Marselha), assumindo o governo a 18 de outubro.

O funcionalismo

O funcionalismo constituía um elemento essencial da sociedade de origem portuguesa. Nele se integravam grupos diferenciados, entre os de origem local e os de carreiras que os faziam transitar por diversas partes do império colonial.

Era frequente os nomeados governadores coloniais escolherem os seus elementos mais próximos de entre aqueles que conheciam e que requisitavam para os acompanharem nas suas deslocações para o seu novo posto. Maia Magalhães requereu em Lisboa dois tenentes para seu ajudante de campo e seu chefe de gabinete, respetivamente Afonso de Albuquerque e Jaime Santos da Cunha Gomes – o primeiro do Quadro Especial dos Serviços de Administração Militar e o segundo da Marinha. Este último fora-lhe indicado por Correia da Silva, por já ter servido sob as suas ordens, tendo, portanto, conhecimento do meio macaense (30-1-1926). E, de facto, a correspondência de Cunha Gomes para o novel responsável por Macau, antes mesmo de o conhecer, remetia para alguns

dos principais assuntos que teriam de ser resolvidos (BNL, MM, cx. 7, cartas de Cunha Gomes, 17-8-1925).

Esta escolha, sem conhecimento pessoal prévio, deu azo a algumas dificuldades de relacionamento: o governador não confiava no seu mais direto colaborador, que recebia mal as admoestações (22-11-1925); pelo seu temperamento, tornou-se-lhe antipático.

Muitos outros funcionários, aqui como noutros espaços, tinham nomeação por influência política. Desta forma, uma comissão política do Partido Republicano de uma freguesia metropolitana solicitou a Maia Magalhães a nomeação de um tenente seu correligionário (BNL, MM, cx 7, carta de 12-1-1926). O governador, aliás, elaborou mesmo uma lista com os nomes dos vários requerentes e dos lugares que desejavam (BNL, MM, cx. 7).

A vinda dos funcionários para as colónias estava associada a regras de deslocação, sendo as passagens pagas pelas colónias, o que equivalia, no geral, a um grande peso para as suas finanças. O regresso fazia-se do mesmo modo, mas implicando a permanência ao longo de toda a comissão de serviço; caso contrário, era ao próprio funcionário que cabia o custo do transporte. Tornava-se, por isso, necessário assegurar formas de contornar a regra, quando possível. Quando Cunha Gomes quis partir antecipadamente, apenas seis meses depois da chegada, teve de contar com a aquiescência do governador, para lhe permitir esse pagamento (11-3-1926). De facto, a sua partida, em abril, surgiu justificada por uma comissão de serviço na metrópole, pelo que não foi exonerado nesse momento, antes substituído interinamente, e como acumulação de serviço, pelo ajudante de campo do governador [Portaria Provincial (PP) 67, 16-4-1926, *Boletim Oficial de Macau* (BO), n. 16, 17-4-1926].

Além dos funcionários ligados diretamente ao governador, outros destacavam-se pela sua posição político-social. Os chefes de serviço ocupavam uma posição superior. No mesmo plano estava o juiz, mas com função independente da ação do governo local, como constava nos diferentes diplomas orgânicos.

Correia Mendes era o responsável pelo setor judicial, até que a sua promoção para Moçambique levou à sua substituição por Pinheiro da Costa. Este movimento revela questões de mal-estar entre eles e o governador. Sobre o primeiro escreveu Maia Magalhães que, não obstante ser seu antigo amigo e discípulo, não teve para com ele as atenções devidas, o que o levou a recusar estar presente no jantar de despedida, oferecido por um chinês (10-3-1926). Quanto ao novo juiz, a sua estranheza prendeu-se com o tempo que este levou a vir cumprimentá-lo, receando, sobretudo, que isso evidenciasse algum conflito (9-3-1926).

Não era de menor importância esta preocupação, pois as pressões do funcionalismo mostraram-se especialmente gravosas nesta década, nesta e noutras colónias, contrariando as decisões que afetavam os seus interesses, particularmente financeiros. A posição dos governadores ficou algumas vezes fragilizada

pelas situações de desrespeito (Gracias 1950, II:176–94; Reis 2001, 612). Em Macau, já em 1921 tinha havido conflito a propósito das tabelas de vencimentos (AHU, 2910 1A MU GM, Macau 1921, telegramas de junho a novembro. Também Reis 2003a, 26, 58). Por outro lado, era pequeno o meio em que se moviam, o que gerava frequentes antagonismos de grupos de interesses diferenciados. Os enredos, políticos ou pessoais, eram constantes, por isso Maia Magalhães já se lamentava pelo Natal: “Mas que gente esta difícil de aturar! São conflitos e intrigas por todos os lados. Todos se melindram à mais pequena coisa” (25-12-1925).

As influências

Neste ambiente, assumia particular acuidade o que parecia ser uma maior atenção dispensada pelo governador a alguns elementos ou grupos. Um mês depois de tomar posse já se falava da “entourage” à sua volta, porque o juiz e outros procuravam estreitar o relacionamento com ele e com a sua mulher, situação que o governador negava (21-11-1925). Pelo contrário, a sua preocupação era antes a procura da equidistância entre personalidades e fações. Deste modo, depois de um jantar oficial honrando os representantes locais no Congresso, convidou o candidato vencido, Santos Monteiro⁶, para outra refeição (14-12-1925). Num aspeto mais abrangente, aos sábados recebia todos os que o quisessem visitar, sem convite; ainda assim, quando estava de partida, fizeram-se sentir os ressentimentos dos que, não comparecendo nestes dias, se queixavam por não terem sido solicitados para o palácio (26-7-1926).

Num outro registo, procurando uma posição neutral entre os diferentes interesses locais, Maia Magalhães optou por devolver os presentes de concessionários recebidos pelo Natal (cartas e respostas em BNL, MM, cx, 7)⁷. Agia de forma diferente da que fora seguida por muitos antecessores, pois só Rodrigo Rodrigues e Correia da Silva também os tinham recusado (embora a opção deste último fosse enviá-los para o hospital ou usar outras formas delicadas de devolução) (25-12-1926).

Chegado à colónia, novo no meio local, o governador mostrava-se especialmente vulnerável à influência daqueles que o rodeavam. Ou deveria ser essa a perspetiva, no entender de algum funcionalismo. Maia Magalhães transmitiu-o claramente ao referir-se ao seu chefe de gabinete, dizendo que aquele pretendia que, por não conhecer o meio, se entregasse nas suas mãos; da mesma forma,

⁶ João dos Santos Monteiro, advogado, era subdiretor geral das colónias do Oriente. Foi candidato a deputado por Macau, em 1921, 1922 (pelo Partido Reconstituente) e 1925. Desde 1924 que residia na colónia, onde exercia como professor do Liceu Central. Nessa fase dizia-se independente dos partidos, mas considerava-se esquerdista pelas suas preocupações sociais (sobre as suas candidaturas, Reis 2003a, 57–62)

⁷ Os ofertantes aceitaram a possibilidade, que tinha sido sugerida, de os presentes serem entregues a instituições de caridade.

Manuel Ferreira da Rocha, deputado e ex-ministro⁸, tinha a intenção de ser o seu guia (3-6-1926). Aliás, estes dois elementos caminhavam a par, seguindo os mesmos interesses.

Fruto desta situação, o governador deixou expresso, em múltiplas datas, o conflito com aquele chefe de gabinete, Cunha Gomes. E de tal forma se desenvolveu que já em novembro corria a informação de que este não estava contente com a orientação de governo. A afirmação que o governador fez em seguida é igualmente relevante: pelas consequências desse descontentamento, Maia Magalhães pensava que deixaria Macau em maio ou julho do ano seguinte.

Esta previsão (que se cumpriu, mas por razões diferentes), é sintomática do enredamento que frequentemente existia nas colónias e que, influenciando Lisboa, muitas vezes conduzia, de facto, ao afastamento dos seus responsáveis. O próprio Maia Magalhães foi vítima desta situação, pois já antes do fim da República se começou a verificar o seu declínio. Segundo uma carta que chegou a Macau e que Ferreira da Rocha divulgou em julho, já no tempo em que Vieira da Rocha estava responsável pela pasta das Colónias (outubro de 1925-maio de 1926) se tinha começado a adensar a atmosfera desagradável ao governador, o que este mesmo atribuiu às manobras de Cunha Gomes, após o seu regresso à metrópole (20-7-1926 e relatório).

Esta situação estava também entrelaçada com um confronto entre grupos políticos locais. Pelo menos desde a implantação da República que os membros mais proeminentes da sociedade portuguesa de Macau se encontravam nitidamente divididos em dois grupos. A sua disputa pelo poder local fazia-se em momentos eleitorais, na defesa de posições que afetavam a administração local, ou envolvendo os governadores.

Um dos grupos estava ligado a Constâncio José da Silva, advogado e jornalista, velho republicano e associado a discursos mais radicais. Ao longo dos anos protagonizou várias campanhas de oposição, não se conseguindo, no geral, aproximar dos elementos de governo (Reis 2003a: 33-34).

O outro conjunto integrava Cunha Gomes e o juiz Correia Mendes, mas a figura cimeira e à volta de quem desenvolviam as suas ações era, indubitavelmente, Manuel Ferreira da Rocha. Nesse sentido conseguiram, por exemplo, dispor os lugares dos convidados para que este político ficasse em posição de destaque no jantar que Lou Lim-Ioc deu em honra do governador (29-11-1925). Ao aproximar-se a data marcada para as eleições para deputado, 22 de novem-

⁸ Manuel Ferreira da Rocha chegou a Macau como inspetor de fazenda. Como elemento da administração de Macau, o seu percurso passou pela secretaria governamental da colónia, da qual chegou a ser responsável. Foi na qualidade de secretário geral que se ocupou interinamente do governo colonial, depois do governador efetivo José Carlos da Maia ter partido de Macau. Eleito deputado pela colónia em 1919, abriu-se agora a sua carreira parlamentar. Além de outros cargos e comissões, integrou o Conselho Colonial e foi duas vezes ministro das Colónias, entre julho e novembro de 1920 e entre agosto e outubro de 1921.

bro, foram-se tecendo factos para a sua vitória eleitoral, afastando todos os seus opositores. Assim o entendeu a nossa fonte, perante a intriga que lhe foi feita sobre um enfermeiro partidário da candidatura parlamentar de João dos Santos Monteiro, dizendo que ele aliciava soldados para um movimento revolucionário que coincidiria com o que se estava a preparar em Lisboa (14-12-1925).

Neste entrecruzar de interesses pessoais ou políticos batiam-se também pelo domínio dos assentos políticos locais. Os Conselhos Executivo e Legislativo constituíam um dos seus principais objetivos.

Estes dois Conselhos foram criados e constituídos em 1920, pelas leis n. 1005, de 7 de agosto, e n. 1022, de 20 de agosto, seguindo os modelos de administração ingleses. O primeiro destinava-se ao apoio do governador, que o ouvia sobre os atos mais importantes da administração e sobre regulamentos e instruções que se impunham para execução dos diplomas vigentes; era composto por quatro chefes de serviço determinados pelo governador e por outro membro não-oficial da sua nomeação, embora sujeito à confirmação ministerial. Já o Conselho Legislativo, que discutia e votava diplomas legislativos coloniais (embora ainda sujeitos ao veto do governador), integrava os membros do Executivo e vogais não-funcionários; em Macau, estes eram o presidente do Leal Senado da Câmara e um dos seus vereadores, um cidadão elegível para vereador (eleitos pelos trinta maiores contribuintes) e dois representantes da comunidade chinesa.

Esta possibilidade de o governador indicar um elemento para cada um dos Conselhos levava a que fosse alvo de enormes pressões. Nos anos que antecederam a chegada de Maia Magalhães a Macau, o bispo D. José da Costa Nunes⁹ teve assento no Conselho Executivo, não obstante as objeções ministeriais. Em dezembro de 1925, aproximando-se a data para nova nomeação anual, também Cunha Gomes e Ferreira da Rocha pressionaram o governador para a sua continuação. A dependência da sanção de Lisboa levou este parlamentar a sugerir ao responsável pela colónia que perguntasse antecipadamente ao ministério se contaria com a confirmação, para não se colocar na situação constrangedora de ver a sua indicação rejeitada (AHU, GM, 9-12-1925). Tendo a resposta chegado com a informação de que esta integração era contra a lei (AHU, MC, 12-12-1925), as forças locais continuaram a fazer-se sentir sobre o governador, para que impusesse aquele personagem (AHU, GM, 21-12-1925)¹⁰. Mais signifi-

⁹ De origem açoriana, veio para Macau como secretário do bispo, em 1903. Aqui ordenado, desempenhou várias missões, até que, por morte do prelado, assumiu o cargo de vigário capitular. Foi ordenado bispo de Macau, em 1921. Desempenhou este cargo até partir para a Índia, em 1941, como arcebispo de Goa e Damão e arcebispo-titular de Cranganor, Primaz do Oriente, Patriarca das Índias Orientais. (sobre o seu desempenho em Macau, Reis 2007).

¹⁰ É sintomático que o governador tenha mostrado no seu “diário” que, sendo o seu chefe de gabinete a cifrar e enviar o tel., previa que ele mudasse os termos. O deputado Ferreira da Rocha e o senador Francisco

cativo ainda é o que Maia Magalhães revela sobre a conversa que tivera com Ferreira da Rocha: se quisesse manter-se na terra deveria aproveitar o auxílio do grupo mais solidamente constituído, mais influente, e não o dos outros “sem cotação” (14-12-1925).

Esta argumentação colocava várias questões da política de Macau. Por um lado, significava, naturalmente, a preocupação em controlar o ambiente político, como se tem procurado mostrar. Por outro, encontrava-se o confronto entre a pessoa e a função. O bispo, homem que há muito se identificava com Macau e mesmo com uma forma de conciliação política (sobretudo, Reis 2007), era manifestamente um “espírito liberal”, a quem o governador também reconhecia a sua inteligência, o que lhe dava garantias para o desempenho da função de vogal do Conselho. Porém, a sua posição eclesiástica acarretava a ilegalidade, não obstante se manter há vários anos, num ambiente em que a Igreja católica continuava a manter uma posição essencial. Mas Maia Magalhães ponderava ainda sobre outra consequência desta nomeação: os problemas que ela levantaria com os “avançados” da terra (26-12-1925; 2-1-1926). Assim se confrontaria, de facto, com o outro grupo político, o de Constâncio José da Silva.

A pressão para a escolha do bispo faz-nos entender um elemento importante para a administração, que já atrás identificámos: a ligação especial que se estabelecia, ou se pretendia estabelecer, entre alguns grupos coloniais e personagens determinantes no ministério. Perante o atraso na resposta metropolitana, Cunha Gomes afirmava que seria indubitavelmente afirmativa devido aos telegramas de Ferreira da Rocha; o atraso justificava-se porque Domingos Frias, o diretor geral das colónias do Oriente, fora à terra. Por outro lado, o governador acreditava que uma nomeação que afastasse de imediato o bispo levantaria problemas acrescidos: Ferreira da Rocha passaria a ser seu inimigo no Parlamento e no Conselho Colonial, como fizera com Rodrigo Rodrigues. Teve, pois, de encontrar uma solução de compromisso, nomeando o general reformado Fernando José Rodrigues (PP 2, 2-1-1926, BO, n. 1, 2-1-1926) sem escolher o suplente, mas tencionando que aquele viesse a pedir escusa caso de Lisboa assentissem na nomeação de D. José da Costa Nunes (2-1-1926). A resposta definitiva do ministério só chegou no início de fevereiro e foi contra a nomeação do prelado (4-2-1926).

Mas outra questão não se mostrava fácil de resolver e é refletida no diário do governador: a falta de elementos adequados à nomeação ou a falta de vontade daqueles que poderiam ocupar o cargo. Quando ainda estava por resolver esta questão, viu-se perante a recusa do médico da Misericórdia, dr. José Carlos Soares, que não se mostrou disponível para a regularidade exigida pela nomeação (26-12-1925).

Anacleto Silva também enviaram um tel. *Ib.*, 2-1-1926. As comunicações para o governo de Lisboa continuaram.

Os outros membros do mesmo Conselho eram chefes de serviço, cabendo igualmente ao governador a sua escolha. Esta recaiu nos Chefes de Serviços de Saúde, Militares, de Fazenda e no Secretário do Governo, respetivamente José António Filipe de Moraes Palha, Eduardo Ferreira Viana, Plínio Tinoco e Manuel José de Meneses Fernandes Costa (PP 1, 2-1-1926, BO, n. 1, 2-1-1926).

Os interesses pessoais correspondiam a outra das intensas correntes que agiam na política local. As páginas que o governador nos foi deixando refletem-nas para as personagens dos dois grupos. Deste modo, em março, Maia Magalhães viu-se perante a informação de que iria ser alvo de uma campanha de insultos e ameaças, o que o levou a constatar que Constâncio José da Silva, então com algumas dificuldades financeiras, pretendia ser nomeado para a Imprensa Nacional, ou para outro emprego (21-3-1926).

Manuel Ferreira da Rocha, o deputado eleito, permaneceu na colónia e, para além de toda a influência política que cultivava, o seu interesse era também a obtenção de uma forma que lhe permitisse continuar em Macau. Indiretamente, ia fazendo o governador tomar consciência desse facto; embora com menos insistência, também o senador Francisco Anacleto da Silva pretendia o mesmo. A razão, para ambos, encontrava-se nas dificuldades que estavam a passar devido aos seus investimentos em Hong Kong (14-3-1926), num momento tão tormentoso para a colónia vizinha e, em geral, para toda a região. Ao longo dos meses foram muitas as referências a manobras suas e de seus amigos para que lhe fosse arranjada uma colocação que justificasse a permanência (3-6-1926, entre outras).

Maia Magalhães e os chineses

Como atrás se referiu, não nos centramos aqui na política externa, mas saliente-se que as dificuldades se mantiveram e que este novo governador procurou essencialmente evitar conflitos que agravassem a situação, mantendo firme a afirmação de soberania lusa. As conversações com as autoridades de Cantão foram essenciais nesta fase.

Entre a população local, o número de portugueses era muito reduzido face à maioria chinesa. De acordo com a estatística de 1926, e considerando a península e o comando de Taipa e Coloane, limitavam-se a 3816 (2330 naturais da província, 577 de outras províncias ultramarinas e 909 de outras localidades) contra 79807 chineses (Estatística 1926). Todavia, este último cômputo é muito incerto, dada a dificuldade em proceder à contagem e à flutuação populacional característica desta área geográfica.

Constituindo esta grande maioria uma comunidade muito diversificada, não se pode aqui realizar a análise aprofundada do relacionamento com as autorida-

des, mas contribuir para esse estudo, a partir das considerações de Maia Magalhães.

Em Hong Kong, o conhecimento sobre este relacionamento está já analisado, tendo-se verificado que a elite sínica se constituiu como grupo à parte, diferente dos seus congéneres na China; através da filantropia e beneficência, praticadas pelas instituições com elas relacionadas, podia exercer influência sobre a restante comunidade. Foi desta forma que os mais destacados membros da sociedade chinesa da colónia britânica puderam agir em favor da ordem e estabilidade em momentos graves, como as greves de 1912-13 ou na década de 1920 (Carroll 2005). Infelizmente, ainda não podemos contar com um estudo mais aprofundado sobre iguais grupos em Macau, ou mesmo sobre as personalidades que assumiram papel especial na sua vida interna.

Uma das figuras centrais da colónia era, indubitavelmente, Lou-lim-Ioc, cujo nome nos surge especialmente associado ao seu jardim (por exemplo, Antunes 2014). Era filho de Lou Cheok Chin [1837-1906]¹¹, negociante que aqui estava estabelecido e que era o principal negociador do jogo, pelo menos da lotaria *vaeseng*. Terá continuado este negócio após a morte de seu pai (Cabral e Chan 1997: 157 e seg.).

Maia Magalhães definiu Lou Lim-Ioc como “um chinês naturalizado” (29-11-1925), “muito rico, concessionário de umas loterias, muito amigo dos portugueses e que costuma convidar os governadores para jantar” (2-11-1925). E, de facto, ao longo do diário muitas são as referências a jantares oferecidos por aquele personagem. A 29 de novembro de 1925, por exemplo, foi realizado um banquete em honra do governador; entre os 140 convidados figuravam, além de portugueses e chineses, igualmente ingleses, holandeses e belgas (29-11-1925).

A Lou-lim-Ioc juntavam-se outros membros da sua família, presentes na sucessão de jantares ou de outros eventos, proporcionados por um ou outro dos lados¹²; Maia Magalhães e a mulher estiveram presentes na inauguração de um novo banco chinês, o Pou Seng, convidado pelo cunhado daquele, um dos membros da direção (aliás, ele e o seu irmão, Lou Hun Chong, também a integravam) (4-1-1926); a mulher, Helena, deslocava-se a casa de Lou Lim Ioc para jogar com a respetiva esposa (1-6-1926). Em complemento, o espólio integra igualmente fotos que lhes foram oferecidos em sinal de amizade, aquando da sua partida (em BNL, MM, cx. 7).

Com diferente posição, outro elemento de proveniência chinesa tem um papel importante na administração e, por isso, nos papéis da nossa fonte: Joel José Choi Anock. Filho de pais chineses, recebeu educação cristã em Macau. Integrou a Marinha portuguesa, mas a sua vida desenvolveu-se essencialmente

¹¹ João de Pina Cabral e Mónica Chan (1997) apontam-nos Lou Gao como progenitor de Lu Lim-Ioc.

¹² O mesmo se encontra no diário da filha, que também se encontra em BNL, MM, cx. 7.

ligado à administração, no palácio do governo de Macau, onde era fiel, antes de, mais tarde, se dedicar ao comércio (veja-se José Choi Anock).

Estas personalidades salientavam-se igualmente no domínio das instituições locais mais proeminentes: o hospital e a Associação Comercial. O primeiro tinha à frente da direção Lou Hun Chong e Anock (14-12-1925). A ação local deste último é particularmente interessante como ponto de união das duas comunidades, pois também integrou a lista de substitutos do Leal Senado votados em 1925 (Reis 2003a: 75).

Sem termos, como se notou, um estudo aprofundado que mostre a relação destas e de outros elementos com a administração, a política e a possível mediação entre comunidades, o manuseamento desta documentação mostra como estas pessoas e instituições ocupavam um papel central na vida macaense.

Não eram, porém, apenas as pessoas gradas que convidavam o governador. Em julho, por exemplo, ele foi jantar a casa da irmã de um padre da Taipa (17-7-1926), sobre o qual nada mais se sabe.

Num outro âmbito, e para além das relações mais ou menos estreitas, Maia Magalhães transmite-nos a sua preocupação em prosseguir numa boa relação com os chineses. Por exemplo, reconhecendo ele o que considerava o seu caráter supersticioso, preocupou-se em encontrar uma forma de, sem melindres, poder devolver os presentes de Natal (25-12-1925).

No geral, a ação do governador foi, pelo que consta nas notas do próprio, entendida pela comunidade sínica. Assim, em julho, estando presente num jantar chinês, um padre disse que a proteção que lhes dispensara levava a que todos gostassem dele (17-7-1926). Noutra ocasião, mostraram-lhe como o seu interesse pelo comércio era gerador de confiança, pelos resultados que aí viam (28-12-1926). Aliás, as manifestações contra a sua saída partiram essencialmente de chineses (18-7-1926).

E como é que ele os via? Algumas características da cultura sínica foram emergindo nas suas páginas.

Pela visão de Maia Magalhães, os chineses eram muito supersticiosos, o que influenciava a sua vida, mas também os negócios de Macau. Apontando um exemplo, disse que a arrematação do exclusivo de umas lotarias rendera menos porque os candidatos tinham começado a abandonar a sala quando, durante a licitação verbal, mudou o intérprete. Foi também por esse seu caráter que se sentiu preocupado quando devolveu os presentes, como referido (25-12-1925). Noutras ocasiões destacou o que lhe causou estranheza, como a «comida esquisita», apesar de boa, num jantar à chinesa (17-7-1926). Mas, para além das diferenças e das curiosidades, o governador refletiu, sobretudo no seu projeto de relatório, sobre a particularidade do relacionamento dos portugueses e chineses, ultrapassando questões de racismo. Pela sua visão, Macau era o local onde estes últimos se sentiam à vontade, sem restrições de espaço ou de convivência; aqui eram

“Tratados com igualdade e com estima, como se portugueses fossem”. Também oficialmente assim foi reconhecido pelo comissário de Negócios Estrangeiros de Cantão, num jantar que Maia Magalhães lhe ofereceu. Segundo o relato, aquele representante chinês enalteceu a boa relação de amizade secular entre os dois países “porque nós, portugueses vindo para a China, nos chinificamos, isto é, nos adaptámos às condições ao meio, sem veleidades de raça superior e sem querer, como outros povos, impor aos chineses um tratamento desigual e deprimente, e um modo de ser diferente do seu, e respeitámos sempre as suas crenças, as suas tradições, os seus hábitos e os seus costumes, tratando-os como amigos e como eguaes, de tal modo que em Macau não há diferença entre portugueses e chineses”. Em complemento à sua reflexão, o rascunho destinado a relatório mostra como esta forma de estar dos portugueses diferia da dos ingleses.

Representação política dos chineses

Como atrás se indicou, pela legislação publicada em 1920 o Conselho Legislativo de Macau integrava dois representantes da comunidade chinesa. Tratava-se de vogais escolhidos pelo governador, de entre os membros dessa comunidade, com a obrigatoriedade de saberem ler e escrever português e de residirem obrigatoriamente em Macau há, pelo menos, oito anos. Impunha-se ainda que estas pessoas fossem cidadãos portugueses. Caso não fosse possível encontrar quem reunisse todas as condições, os nomeados seriam selecionados de entre os portugueses apurados para vereadores, embora fosse consultada a corporação sínica a quem se reconhecesse maior importância na comunidade. A Associação Comercial Chinesa assumia ordinariamente esta função, não obstante costumar solicitar ao governador a nomeação de quem considerasse adequado, por não ter qualquer representante que obedecesse a todos os requisitos (21-12-1925). Deste modo, a lista destes elementos mostra uma continuidade de portugueses: em 1924, por exemplo, foi nomeado Luís Gonzaga Nolasco da Silva¹³ (PP 1, de 4-1-1924, BO. N. 1, 5-1-1924): no ano seguinte, manteve-se na mesma posição, acompanhado por Carlos de Melo Leitão¹⁴, enquanto António Alexandrino Gonzaga de Melo¹⁵ e José Vicente Jorge¹⁶ ficaram substitutos (PP 357, 27-12-1924, BO, n. 52, 27-12-1924).

Quando, em dezembro, o governador se encontrou com a direção da Associação Comercial Chinesa, a seleção dos representantes da comunidade para

¹³ Bacharel, era um dos elementos centrais da política macaense, o mesmo sucedendo com seu irmão, Henrique Nolasco da Silva. (Reis 2003a).

¹⁴ Bacharel.

¹⁵ Professor, agente da companhia de vapores que ligava Macau a Hong Kong e Cantão.

¹⁶ Estava aposentado da função de chefe da Repartição do Expediente Sínico.

o Conselho Legislativo foi objeto de conversa. Para Foy Chok Lam, o então responsável pela instituição, considerando que habitualmente eram advogados desconhecedores do meio, das necessidades e costumes que a representavam, o que desejavam era a nomeação de um verdadeiro chinês (14-12-1925). A instituição indicou, posteriormente, quatro nomes (dois para efetivos e outros para suplentes), entre os quais Anock e um amanuense aposentado dos correios. Porém, o próprio governador lhes fez ver a necessidade de outro tipo de pessoas, capazes de estudarem e discutirem leis e regulamentos (19-12-1925). Nesta sequência, a Associação voltou a solicitar a escolha pelo governador, que estava inclinado para que o chefe de repartição do Expediente Sínico¹⁷, António Silva¹⁸ (que fizera entender que pretendia a nomeação), e um chefe de serviço das obras dos portos, José Maria Lopes¹⁹, ocupassem tais lugares (21-12-1925). Assim sucedeu, de facto (PP 3, de 2-1-1926, BO, n. 1, 2-1-1926), embora Anock viesse a ser substituído, em conjunto com Gonzaga de Melo (BO n. 2, 9-1-1926).

É significativa esta situação no contexto da administração local, ou mesmo, num âmbito mais lato, da administração colonial: não obstante a abertura à participação, eram as pessoas já habitualmente ligadas à política ou funções administrativas quem representava a comunidade maioritária.

O Leal Senado, o órgão paralelo

Constituído já como órgão essencial do poder em Macau desde o século XVI, o Leal Senado de Macau viu os seus poderes alterados no século XIX, quando, no processo de unificação administrativa, com a adoção de Códigos Administrativos, a pesar de conservar a sua designação tradicional, foi remetido à categoria de Câmara Municipal. Apesar dessa situação, pretendeu manter-se como instituição diferenciada, com privilégios especiais, o que, frequentemente, implicou conflitos com os governos (por exemplo, Reis 2014).

Vivendo perante algumas dificuldades financeiras e num meio pequeno, alguns governadores sentiram o Leal Senado como um poder de alguma forma paralelo, acumulando funções que podiam perfeitamente ser assumidas pelos órgãos do Governo. Desta forma, particularmente a partir da República, assistiu-se a diversas tentativas de o suprimir, não obstante se manter a designação histórica atribuída a outros órgãos. As diferentes propostas com vista à promulgação de uma Carta Orgânica para a colónia foram momentos especialmente

¹⁷ A Repartição, criada em 1885, responsabilizava-se pela tradução dos documentos e fornecia os intérpretes de chinês que se mostrassem necessários ao serviço do Governo, em Macau ou fora deste território.

¹⁸ Tinha já sido vereador do Leal Senado e representado esta instituição no Conselho Legislativo (BO n. 1, 5-1-1924). Maia Magalhães autorizou-o a exercer a advocacia (BO, n. 12, 20-3-1926).

¹⁹ Pensamos que se trata de um capitão-tenente da marinha.

marcantes nesse sentido (vejam-se, especialmente, Machado 1911; Reis 2003a; Reis 2004; Reis 2006; Reis 2014). Sem se ter extinto a Câmara, outros governadores procuraram, no entanto, cercear-lhe as atribuições, gerando alguns conflitos. Maia Magalhães também teve de fazer face a esta situação.

O confronto com o Leal Senado iniciou-se sobretudo devido ao controlo da instrução primária, que há muito estava a cargo daquela instituição. Depois da nomeação indevida de um professor (com habilitações consideradas insuficientes e contra a deliberação do Conselho de Instrução Pública), o Conselho Executivo aprovou uma proposta do secretário do governo, Fernandes Costa, para que aquele grau de ensino passasse para o Governo (18-2-1926). Apesar de esta ser a norma habitual nas outras colónias, no contexto local de Macau a proposta assumiu a forma de luta contra a Câmara, tanto mais que estava acompanhada pelo boato, desmentido pelo governador, de que se iriam tomar outras medidas drásticas contra ela (20-2-1926). A publicação da portaria consequente à decisão causou então grande contestação; o próprio deputado Ferreira da Rocha, que noutras épocas se tinha mostrado propenso à supressão da edilidade, foi agora um dos que se realçaram na sua defesa (20, 21-2-1926).

Os conflitos com o Leal Senado mantiveram-se igualmente porque este pretendia a continuidade da prerrogativa de se corresponder diretamente com o Governo de Lisboa, contrariando a lei vigente (AHU, Leal Senado, 6-7-1926).

Facilmente se entende que as manobras políticas interferissem na política mais local, o que parece ter acontecido aqui. Mais tarde o governador viu os membros do Conselho Executivo mudarem de lado em relação ao Leal Senado, o que interpretou como uma influência de Ferreira da Rocha (15-7-1926).

O fim da República, o fim do governo

“Mais uma revolta em Portugal!”, escreveu Maia Magalhães a 1 de junho de 1926. Já há alguns dias que em Macau se tinha conhecimento do acontecimento, mas só agora é que o ministério comunicou a substituição do governo. Era, por isso, sobretudo através de rádios captados e dos jornais da vizinha colónia que chegavam mais notícias. Mas, mesmo perante as múltiplas versões transmitidas por esses meios, o governador entendia que o acontecimento significaria, sem dúvida, o fim da sua governação em Macau (1-6-1926). Apesar de tencionar enviar um telegrama, pondo o seu lugar à disposição do novo ministro, a 3 de junho (3-6-1926), acabou por adiar, seguindo o conselho daqueles que consideravam necessário que se definisse a situação. Neste sentido, contactou o seu irmão José e o Vitorino (sem dúvida que Vitorino Godinho, seu amigo e cunhado) para que o informassem, de forma a poder cumprir a praxe de pedir a exoneração quando mudavam os governantes (5-6-1926).

Era notório, nesta fase, que o democrático Maia Magalhães ainda não se devia ter apercebido da alteração mais profunda que implicava o golpe de 28 de maio, vendo-o antes, provavelmente, como uma das muitas mudanças governamentais ocorridas, embora agora sob a forma de ditadura, com o encerramento de instituições. É nessa sequência que também se entende o seu telegrama de 23 de junho para o ministério, onde, além de apresentar cumprimentos e votos de prosperidade, expressava o seu conhecimento de que o atual ministro estava empenhado em “salvar colônias grave crise atravessam”; solicitava, por isso, a resposta positiva aos seus anteriores telegramas no sentido de ver a aprovação do orçamento e pagamento das dívidas que outras colônias e órgãos deviam a Macau (AHU, GM, 23-6-1926). Continuaram, além disso, as comunicações sobre outros assuntos de administração da colônia. Agia assim de forma contrária a outros governadores, que instaram pela sua saída logo depois da revolta.

O fim do governo de Maia Magalhães acabou por se atrasar e por seguir um rumo ao sabor das mudanças governamentais, como a seguir se vê. Registe-se aqui que algumas figuras portuguesas chegaram a propor ações que impedissem a saída do governador, imediatamente contrariadas por este (11-7-1926). Mas eram poucas, registando-se, pelo contrário, uma fraca aderência à manifestação de oficiais que o chefe de serviços militares pretendia promover; constatava então aquilo que era evidente: estando de partida, já não precisavam dele (26-7-1926).

Ao contrário desta situação, foi a comunidade chinesa, tão presente nas páginas do diário do governador, quem mais se esforçou para a continuidade de Maia Magalhães em Macau. Lou Lim-Ioc telegrafou para Lisboa, em nome da comunidade chinesa, solicitando a manutenção do governador (9-7-1926; outras manifestações, 12-7-1926). O mesmo fizeram os presidentes da Associação Comercial Chinesa e do hospital Keng Wu, num texto gabando a sua ação ao enfrentar os “agitadores políticos” dos arredores, o seu esforço pelo “ressurgimento financeiro” e a “notável acção administrativa” e mostrando como achavam “deplorável” a sua saída (AHU, GM, 10-7-1926). Noutros telegramas, enviados pelos mesamos e por outros chineses, a enaltecer-se a ação desenvolvida, particularmente perante as ameaças externas; os arrematantes do exclusivo do grémio do peixe, em nome da indústria de pesca preocupavam-se essencialmente com a continuidade das obras do porto (AHU, GM, de 14, 15/16 e 19-7-1926; referido também no diário).

A 7 de julho, a notícia de que três ministros tinham sido afastados e que entre eles se encontrava o responsável pelas Colônias, Gama Ochôa, coincidiu com a receção do telegrama em que mandavam que Maia Magalhães regressasse à metrópole (7-7-1926; também AHU, MC, 6-7-1926). Depois de no dia seguinte responder que seguiria no primeiro transporte possível (AHU, GM, 8-7-1926),

alguns dias depois o governador escreveu para o ministério indicando a data prevista para a partida, mas essencialmente com o objetivo de saber se os novos responsáveis ministeriais mantinham a decisão de o afastar (12-7-1926). Mas a sua situação ficou, realmente, definida quando, a 23 do mesmo mês, chegou o telegrama anunciando a sua anterior exoneração por decreto de 19 de junho, substituindo-o por Tamagnini Barbosa (23-7-1926; AHU, MC, 21-7-1926). Estranhamente, esta informação chegou mais de um mês depois da assinatura. No mesmo dia também recebeu os jornais da Europa que davam conta da sua substituição (23-7-1926).

Em todo este processo salientamos alguns aspetos. Um deles foi, de facto, a situação de indefinição que se viveu, entre uma ordem para regressar e a vontade de retardar o facto, pelo lado do governador. Não menos interessante foi o processo vivido nesta primeira fase da Ditadura Militar, afetando esta exoneração.

Ainda desconhecendo a situação real do ministério, numa fase de grande volatilidade dos ministros, e perante a possibilidade de Filomeno da Câmara estar responsável pelas Colónias, Maia Magalhães ponderou que a ele se podia dever a sua ordem de regresso (7-7-1926). No entanto, no rascunho para o seu relatório de governo, escrito, portanto, mais tarde, a perspetiva era já outra e, insistindo que nunca lhe foi explicada a razão para a ordem de regresso, atribuiu-a ao general Gomes da Costa. Para isso também desmontou todas as razões dadas para a revolta, demonstrando que nenhuma justificava o seu afastamento: não cultivara a atividade política nem participava nas atividades do Partido Democrático; nunca integrara o Parlamento; era indubitavelmente republicano; participou nos dois palcos da Grande Guerra – aliás, alguns dos que se recusaram a marchar para o conflito é que eram agora recompensados. A resposta estava, portanto, na personalidade do chefe da revolta, que impusera a sua demissão. A razão possível vinha de um facto anterior: quando Maia Magalhães fora nomeado para o governo de Macau, Gomes da Costa pretendia ser o nomeado e tinha a ambição de vir a ser Alto Comissário das Colónias do Oriente.

Foi nessa sequência da ordem chegada a 23 de julho que o governador anunciou que, a 31 de julho, nos termos da legislação, entregaria o governo ao vice-presidente do Conselho Legislativo, dr. Palha (AHU, GM, 26-7-1926). Contudo, este estava à beira da reforma, pelo que, por decisão governamental, o almirante Hugo de Lacerda foi nomeado governador interino (AHU, MC, 29-7-1926) e assumiu o governo naquele dia (AHU, GM, antigo e novo, 31-8-1926).

Bibliografia citada

- ANTUNES, Ana Catarina (2014). “O jardim Lou Lim Ioc”, *Macau*, 37 (acessível em <http://www.revistamacau.com/2014/04/16/o-jardim-lou-lim-ioc/> – consultado em 2016.12.12).
- CABRAL, João de Pina, Chan, Mónica (1997). “O Parasita do Mandarim. A Lotaria dos Exames Imperiais (vaeseng) em Cantão e Macau”, *Oceanos*, 32, 157-158 (acessível em http://pina-cabral.org/PDFs/043_O_parasita_do_mandarim.pdf – consultado em 2016-12-11).
- CARROLL, John M. (2005). *Edge of Empires. Chinese Elites and British Colonials in Hong Kong*. Cambridge, Massachusetts; London: Harvard University Press.
- DIAS, Alfredo Gomes (2001). “As Neutralidades de Macau (1839-1927)”, in Jorge M. dos Santos Alves (coord.), *Portugal e a China. Conferências no II Curso livre de História das Relações entre Portugal e a China (séculos XVI-XIX)*, 377-94. Lisboa: Fundação Oriente.
- (2004). *Portugal, Macau e a Internacionalização da Questão do Ópio (1909-1925)*. Macau: Livros do Oriente.
- FAIRBANK, John F. (ed. 1978). *Republican China, 1912-1949 (part I)*. Vol. 12. *The Cambridge History of China*. Cambridge et. al: Cambridge University Press.
- FAIRBANK, John F., e Twitchett, Denis (eds.) (1978). *Late Ch'ing, 1800-1911 (part I)*. Vol. 10. *The Cambridge History of China*. Cambridge et. al: Cambridge University Press.
- GRACIAS, João Baptista Amâncio (1950). *História Económico-financeira da Índia Portuguesa, 1910 a 1947*. Vol. II. Agência Geral das Colónias, Divisão de Publicações e Biblioteca.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (org.) (2011). *Correspondência da Grande Guerra. Coronel Manuel Maia Magalhães*. Lisboa: INCM.
- Governo da Província de Macau (1930). *Estatística Geral da Colónia de Macau. Ano de 1926*. Macau: Imprensa Nacional.
- HABERZETTL, Peter, e PTAK, Roderich (1991). “Macao and its Harbour: Projects Planned and Projects Realized (1883-1927)”, in *Bulletin de l'École Française d'Extreme-Orient*, 78, 297-316.
- (2003). “Vectores da Economia e das Finanças”, in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente: Macau e Timor no Período Republicano*, IV. Lisboa: Fundação Oriente, 225-285.
- JANEIRO, Helena Teresa Ribeiro Pinto (2015). *Norton de Matos, o Improvável Republicano. Um Olhar sobre Portugal e o Império entre Afonso Costa e Salazar*. Tese de Doutoramento em História Contemporânea, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- JOSÉ CHOI ANOCK – Figura Típica e Grada de Macaense, in <https://nenotavaicontra.wordpress.com/2013/08/02/leitura-jose-choi-anock-figura-tipica-e-gradade-macaense-2/>, consultado em 2017.1.4)
- MACHADO, Álvaro de Melo (1911). *Província de Macau. Relatório do Governo. 1911*, s.l.: s.n.

- REIS, Célia (2001). “Índia”, in . A. H. de Oliveira Marques (coord.), *O Império Africano (1890-1930)*, Nova História da Expansão Portuguesa, XI: Lisboa: Editorial Estampa, 585-654.
- (2003a). “Conjuntura e Vida Política”, in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente: Macau e Timor no Período Republicano*, IV. Lisboa: Fundação Oriente, 13-174.
- (2003b). “Macau e a China”, in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente: Macau e Timor no Período Republicano*, IV. Lisboa: Fundação Oriente, 177-221.
- (2004). “Discussões em Torno da Administração de Macau. 1910-1914”. *Oriente*, 10, 40-57.
- (2006). “Discussões em Torno da Administração de Macau: de 1914 à Centralização dos Anos 30”. *Oriente*, 14, 105-124.
- (2007). *O Padroado Português no Extremo Oriente na Primeira República*. Lisboa: Livros Horizonte.
- (2013a). “Macau no seu Contexto Internacional. A Visão dos Deputados (1885-1910)”. In *Atas do I Congresso de História Contemporânea*. S.l.: Rede de História Contemporânea, Instituto de História Contemporânea Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa – IHC e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20, 578-86 (<http://run.unl.pt/handle/10362/10684>).
- (2013b). “The Portuguese colonies of East and the opium in the context of the League of Nations”, *Pedro Hispano Lisbon Graduate Conference*, Lisboa.
- (2014). “O Projeto de Reorganização do Ensino em Macau no Início da República”. *Congresso República e Republicanismo*, Biblioteca Nacional, Lisboa.
- RODRIGUES, Diogo Campos (2013). “Maia Magalhães: Um Militar “Democrático” na Grande Guerra e na Resistência ao Sidonismo”, *Ler História*, 65, 93-112.
- SALDANHA, António Vasconcelos de (1996). *Estudos sobre as Relações Luso-Chinesas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Instituto Cultural de Macau.
- (2006). *O Tratado Impossível. Um Exercício de Diplomacia Luso-Chinesa num Contexto Internacional em Mudança. 1842-1887*. Lisboa: Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- (2010). *Negociações e Acordos Luso-Chineses sobre os Limites de Macau no Século XIX. Contribuição para a Compreensão dos Actuais Limites da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Instituto Internacional de Macau.
- e RADULET, Carmen (apresent. introd. e leitura) (1999). *Missão na China. Diário do Comissário Régio Joaquim José Machado nas Conferências Luso-chinesas para a Delimitação de Macau (1909-1910)*. Macau: Fundação Macau.
- SPOONER, Paul B. (2009). “Macau: The Port for Two Republics”. Tese de doutoramento, Universidade de Hong Kong.